

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

VERONICA APARECIDA MATTOS DOS REIS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – UFPR

CLEVELÂNDIA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

VERONICA APARECIDA MATTOS DOS REIS

Inclusão do surdo na escola do campo no município de Clevelândia

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de
Especialização em Educação do
Campo. Orientadora: Silvana Cássia
Hoeller.

CLEVELÂNDIA

2014

Inclusão do surdo na escola do campo no município de Clevelândia.

Verônica Aparecida Mattos dos Reis ¹

Silvana Cássia Hoeller²

RESUMO:

Atualmente muito se tem discutido sobre inclusão, diversidade e Educação do Campo na qual todos têm direito, igualdade e a permanência nas escolas. Porém, as práticas inclusivas precisam de revisão urgentemente, pois apesar das leis que asseguram o direito e acesso de todos à escola, esta não acontece realmente, muitas são as dificuldades enfrentadas tanto por alunos quanto por professores, principalmente em se tratando de escolas do campo, onde o currículo não está voltado à diversidade cultural e muito menos preparado para atender as necessidades básicas do educando surdo, que necessita de práticas diferenciadas e interprete de Libras para melhor assimilação dos conteúdos apresentados. Devido a estes fatores, fundamentado em textos sobre o tema, observação e questionário, este artigo identificou as dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo quanto à educação bilíngue, na classe de ensino regular na Escola Municipal do Campo Bento Munhoz da Rocha Neto, EIEF, situada no Município de Clevelândia – Paraná.

Palavras-chave: Escola do Campo, inclusão, aluno surdo, aprendizagem.

Introdução

Nos últimos anos muito se tem discutido sobre o currículo para atender a demanda da diversidade nas escolas do campo, porque além da não atender as necessidades dos alunos advindos desta área, também apresenta dificuldades na questão da inclusão social e escolar do surdo, tornando este tema um desafio, principalmente em se tratando de uma escola do campo em que as dificuldades são inúmeras em todos os aspectos sociais e culturais.

¹ Pós-graduanda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Paraná.

² Orientadora do Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo da UFPR

Percebe-se que a aprendizagem do aluno surdo não está sendo contemplada, uma vez que este necessita de metodologias diferenciadas em língua de sinais, mesmo esta sendo sua língua materna há necessidade do estudo da Língua Portuguesa na modalidade escrita como sua segunda língua.

Muitas são as barreiras humanas e sociais que dificultam o pleno processo de inclusão do surdo e que este tenha uma vida digna e participativa. Para quebrar esta barreira tem que haver participação de toda comunidade escolar e social, impedindo este de rótulos e exclusão no contexto escolar e social. Assim, esta pesquisa servirá para que professores reflitam sobre sua prática pedagógica ao introduzir conteúdos que envolvem a Língua Portuguesa, respeitando a língua materna do aluno surdo. O Objetivo desta pesquisa é compreender as dificuldades da inclusão e assimilação dos conteúdos passados na classe regular sem auxílio do interprete de Libras, e na inserção e apropriação das Línguas de sinais e Portuguesa do aluno surdo no contexto escolar na Escola Municipal do Campo Bento Munhoz da Rocha Neto EIEF no município de Clevelândia. Sendo que tal estudo tem respaldos teóricos sobre inclusão, de acordo com a Constituição Federal (1988), a Declaração de Educação para Todos (1990) Declaração de Salamanca - Necessidades especiais em sala de aula, (1994) LDB nº 9394/96, e Decretos e Legislações suplementares em nível estadual e municipal.

No Decreto 5.626, de 05 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo processo educativo.

A trajetória educacional e a inclusão do surdo na escola do campo

Nas ultimas décadas varias são as discussões sobre as leis educacionais e o currículo das escolas, principalmente sobre a necessidade de reformular o currículo das escolas do campo, sendo que as mesmas passam a ter outro foco após a deliberação do Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A partir desta lei, a proposta curricular visa atender a demanda de alunos provenientes da área rural, que até pouco tempo tinham que seguir o mesmo currículo das escolas urbanas, nas quais os interesses e o contexto social são totalmente diferentes, não esquecendo que na escola do campo o currículo deve abranger não somente a proposta da diversidade como também a inclusão do surdo na classe de ensino regular.

Assim como os integrantes do meio rural tem lutado para conquistar a valorização de sua cultura, o surdo também tem buscado através do resgate histórico encontrar pontos positivos sobre qual a melhor forma de aquisição da linguagem e como acontece a educação do surdo.

Dados históricos mostram que desde os tempos primórdios o desenvolvimento e a forma de comunicação do surdo eram discutidos. Sendo que filósofos conceituados e conhecidos historicamente como Aristóteles e Sócrates divergiam em suas ideias. Conforme Goldfeld, 1997, p.24, define que Aristóteles, acreditava que o pensamento era desenvolvido por meio da linguagem e da mesma com a fala e por isso afirmava que o “surdo não pensa, não pode ser considerado humano”. E assim por vários séculos o surdo era objeto de descaso e considerado como um ser incapaz por não conseguir se expressar através da fala, e como se expressava através de gestos e mímicas era visto como o bobo.

Enquanto que Veloso & Maia, 2009, p.28, mostra trecho da fala de Sócrates com Hermógenes: “Suponha que nós não tenhamos a voz ou língua, e queiramos indicar objetos um ao outro. Não deveríamos nós, como os surdos, fazer sinais com as mãos, a cabeça e o resto do corpo?” Esta fala demonstra claramente que Sócrates defendia a ideia de que o ser humano mesmo não tendo linguagem oral, poderia se comunicar e ter o pleno desenvolvimento sócio cognitivo adquirindo linguagem gestual e visual.

No fim da Idade Média e início da Idade Moderna os surdos e todos os tipos de deficientes passam a ser alvo de interesse de pesquisas realizadas pela parte médica e religiosa. É importante lembrar que, nesta transição, o homem passou a

ser visto como o centro do Universo, uma vez que no período do “Humanismo Renascentista” com os conceitos de amor a natureza, de amor ao corpo humano, firmou-se o pensamento baseado no conceito de pessoa e de sua superioridade sobre as forças da natureza, que desta forma trouxeram algumas mudanças na vida das pessoas surdas (SILVA, 1998, p.1).

Nos estudos realizados sobre a História dos Surdos percebe-se a luta constante destes seres humanos para sobreviver num mundo em que ora eram tidos como seres enviados por deuses, ora eram seres castigados pelos deuses, eram escravizados, desrespeitados e objetos de desprezo, abandonados e até sacrificados.

No decorrer da evolução histórica e a partir do interesse em alfabetizar os surdos foram utilizados vários métodos, uns defendiam que deveriam ser oralizados e proibidos de usar as mãos como forma de comunicação, mas os surdos foram criando sua linguagem através de gestos e expressões corporais e faciais denominada Língua de sinais. (VELOSO & MAIA, 2009).

Porem, toda luta pelo reconhecimento da Língua de Sinais caiu por terra no Congresso de Milão, no qual membros de vários países participaram, mas apenas um surdo estava presente e um grupo de ouvintes determinou que as leis sobre a educação do surdo, a partir deste momento deveria ser totalmente oralista, deveria ser expressamente proibida à utilização da língua de sinais, (VELOSO & MAIA, 2009)

Após tantos anos de submissão sobre o método oralista, surge mais tarde o método global e bilinguismo. Felizmente os surdos continuaram escondidos a luta por uma linguagem que condiz com suas características, que representa que é um ser capaz de se comunicar expressando todos seus sentimentos e pelo reconhecimento da Língua de Sinais como Língua oficial do Surdo.

Nas ultimas décadas vários estudiosos passaram a defender os direitos das pessoas com surdez, leis e decretos foram criados com intuito de fazer valer seus direitos como cidadão. O surdo deve ser inserido de fato, para que possa ter sua cidadania respeitada (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1990, p.2).

Desenvolvimento linguístico do surdo

Rossi & Lima (2002) afirmam que a surdez:

[...] é caracterizada pela dificuldade na detecção do som, acarretando serias consequências quanto ao desenvolvimento emocional, social e educacional do indivíduo [...]. O surdo não ouve, mas é capaz ter desenvolvimento sócio cognitivo se proporcionado a ele ambiente favorável para desenvolver a língua materna que é a Língua de Sinais. (ROSSI & LIMA, p.114, 2002).

Se logo após o diagnóstico da surdez a família procurar auxílio e orientação de como proceder, e proporcionar a ela subsídios capazes de auxiliar o pleno desenvolvimento linguístico melhores resultados serão obtidos, e o surdo não apresentará dificuldades de interação e socialização.

Rego (1995), Góes (2000) e Goldfeld (2001), baseando-se nos estudos de Vygostsky afirmam que a linguagem humana é entendida como um sistema de signos sociais que são observados na medida em que o indivíduo vai interagindo com o outro, aprendendo usar a linguagem para expressar suas ideias, pensamentos e intenções verbais ou não verbais.

A língua o principal instrumento de interação social do indivíduo com os membros da comunidade, mas também a define como meio de expressão e de comunicação pelos mesmos, que por sua vez são analisados por um conjunto acústico representado pela imagem sonora chamada de significante, a um elemento visual, chamada de significado. (FERNANDES, 2004).

Segundo Brito (1993) e Brasil (1998), a Língua de Sinais é classificada como uma língua materna das comunidades surdas, porque pelo canal visual-espacial os surdos conseguem naturalmente comunicar-se entre si e receber a herança cultural das comunidades surdas.

Para Quadros (1997), a língua de sinais é uma língua porque possui estruturas gramaticais próprias que são atribuídos em níveis linguístico fonológicos, sintáticos, morfológicos e semânticos como qualquer outra língua, possibilitando o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda que favorece seu acesso aos conceitos e conhecimentos existentes na sociedade ouvinte. Enfim, para que o surdo tenha aquisição e conheça a estrutura própria de sua língua natural, este precisa desde cedo ser estimulado e conviver com pessoas que tem conhecimento da língua de sinais, seja no contexto social quanto no ambiente escolar.

De acordo com Quadros (1997, p. 80) a língua de sinais é a língua natural da criança surda para filhos de pais surdos, pelo fato do processo de aquisição da língua ocorrer de forma natural como acontece com as crianças ouvintes na aquisição da língua oral, pela interação com o meio social. Já as crianças surdas,

filhos de pais ouvintes não adquirem a L1(Língua de Sinais) espontaneamente, pois os pais ao dirigirem ao filho (a) surdo usam algum tipo de gesticulação para suprir a necessidade da criança surda, sendo assim a criança surda só entra em contato com a Língua de Sinais quando vai para a escola, acarretando com isto falhas no desenvolvimento linguístico da mesma.

Para Vygotsky, (1998) a imitação não é um processo meramente mecânico, uma pessoa só consegue imitar aquilo que está no seu nível de desenvolvimento, sendo assim a criança surda passa pelo mesmo processo de desenvolvimento da criança ouvinte, apenas precisa ter mais subsídios visuais para estimular a linguagem e principalmente ter acesso o quanto antes a sua língua materna, ou seja, a língua de sinais.

Atualmente defende-se o Bilinguismo no qual o surdo deverá primeiro desenvolver a linguagem de sinais, pois somente assim conseguirá aprender a segunda língua. Por isso deve se levar em conta no processo de aquisição da L2 pelo surdo, o interesse/motivação do professor para ensinar a escrita da Língua Portuguesa para o aprendiz surdo, as estratégias de aprendizagem com adaptações necessárias e o ensino bilíngue. E por meio da Língua de Sinais o surdo estabelece relações com outros da comunidade surda e através dela, permitir um processo mental para que haja a aquisição da L2. (QUADROS, 1997).

Góes e Tartuci (2002, p.114)

Revelam-nos em suas pesquisas acerca da inclusão na escola regular, as situações excludentes a que são submetidas crianças e adolescentes surdos, simulando o papel de aprendiz e reproduzindo os rituais escolares para ocupar o lugar de aluno em sala de aula: “copiar da lousa, copiar do colega, copiar de seu próprio caderno o aluno surdo aprende e acaba por fortalecer este tipo de estratégia: copiar para se manter vivo no ambiente”.

Em seu processo de letramento ele passará de uma língua não alfabética (a língua de sinais) para uma língua alfabética (o português). A condição diferenciada dos surdos que aprendem a ler e escrever o português sem passar pelo conhecimento fonológico da língua é denominado como a de ‘leitores não alfabetizados’. Isso significa que são leitores competentes em uma primeira língua não alfabética e dominam a forma escrita de outra língua alfabética, sem conhecer os sons de suas grafias (SÁNCHEZ, 2002).

Botelho (2002, p. 127-128), com lucidez, analisa que, na verdade, o bimodalismo mantém viva a língua do ouvinte. Embora pretenda ser politicamente

correto e tenha o discurso da valorização da diversidade, representa o sistema de maior facilidade para o ouvinte em comparação à complexidade visual e motora demandada pela língua de sinais “(...) basta olhar para a denominação “português sinalizado”, sinônimo de bimodalismo (...) o próprio termo demonstra que não houve nenhum tipo de negociação...”.

Segundo Scotti (1999, p.20), “a educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é acima de tudo, digno de respeito e do direito a educação de melhor qualidade”. E não é por ser surdo que este aluno não é capaz de adquirir conhecimento como os demais, apenas necessita de práticas pedagógicas diferenciadas.

Conforme mencionado na declaração de Salamanca, “Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e aos gozos e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países que a integração das crianças e dos jovens com necessidades educativas é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade” UNESCO (1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei nº 9394/1996), em seu artigo 58, capítulo V, define Educação Especial como modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais preferencialmente, na rede regular de ensino deverão assegurar, entre outras coisas, professores especializados ou devidamente capacitados para atuar com qualquer pessoa especial em sala de aula. Admite também que, nos casos em que necessidades especiais do aluno impeçam que se desenvolva satisfatoriamente nas classes existentes, este teria o direito de ser educado em classe ou serviço especializado.

Segundo Luria (1986), os processos de desenvolvimento do pensamento e da linguagem incluem o conjunto de interações entre a criança e o ambiente, podendo os fatores externos afetar esses processos, positiva ou negativamente. Torna-se, pois, necessário desenvolver alternativas que possibilitem às crianças surdas, meios de comunicação que as habilitem a desenvolver o seu potencial linguístico.

Ao mesmo tempo em que se defende a educação bilíngue, sendo esta como ideal para o surdo, vários problemas são apresentados, pois o modelo bilíngue é

complexo e exige formação de profissionais hábeis dificilmente disponíveis para atender toda demanda de alunos surdos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa denominada como estudo de caso, que de acordo com Godoy (1995, p.25), visa o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular, com enfoque qualitativo. Como suporte para a aquisição de informações foi realizada pesquisa bibliográfica, observação do aluno surdo, distribuição de questionário aos professores e diretor, conversa informal em Libras com o aluno surdo e com os pais do mesmo, no período de fevereiro a março deste ano. O estudo e a análise dos dados coletados foram realizados com a intenção de perceber como acontece a inclusão e o processo ensino aprendizagem da educação bilíngue do surdo no ambiente escolar e quais as dificuldades enfrentadas pelos educadores da Escola Municipal do Campo Bento Munhoz da Rocha Neto EIEF do município de Clevelândia - Paraná, tendo como sujeito deste estudo o aluno surdo que está matriculado no 4º ano de uma turma com 14 alunos no Ensino Fundamental.

Discussões e Conclusões

A partir das visitas feitas a Escola Bento Munhoz da Rocha Neto, verificou-se que a escola é pequena, porem possui ótima estrutura física e bem organizada, sendo que a mesma está localizada no distrito do Rincão Torcido a 18 km da cidade.

Durante a observação do aluno e análise dos questionários o fator determinante que mais chamou a atenção foi que não havia interprete de Libras na referida escola, tornando visível a dificuldade de interação com os professores e colegas, sendo que estes tem pouco conhecimento da língua de sinais.

É lamentável que as leis sejam bem elaboradas no papel, mas que na realidade após tantos anos da regulamentação da Lei 10.436 de 2002 o surdo tenha que ser tratado como ouvinte, pois de acordo com Goldfeld (2002),

O Bilinguismo aqui no Brasil começou a ser utilizado na década de 90. No entanto, “[...] grande parte das crianças surdas cresce sem dominar a Libras, pois são raras as escolas e os centros de terapia que utilizam constantemente esta língua” (GOLDFELD, 2002, p.15).

As dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo são muitas, principalmente o difícil acesso a escola. Frequenta no período da tarde a classe regular, usando como

meio de transporte o ônibus escolar. Ao chegar à escola alega estar cansado para não realizar as atividades, ficando nervoso quando não consegue fazer-se entender, uma vez que não desenvolveu a oralidade e se comunica somente com Língua de Sinais e gestos. O aluno em questão reside na zona rural e só teve contato com Libras aos seis anos de idade quando os pais fizeram sua matrícula no 1º ano na escola do campo, e a diretora da escola o encaminhou para o CAES (Centro de Atendimento Especializado do Surdo), no qual devido às dificuldades de transporte passou a frequentar apenas duas vezes por semana no período da manhã, das 10h15min às 11h50min. Os pais relataram durante a conversa que ele era muito tímido e precisou de vários meses para interagir com os colegas e professores, sendo que a mãe precisava ficar ao seu lado na sala de aula e que por varias vezes tentou fugir da escola. Mesmo com todos estes fatores desfavoráveis assimila os conteúdos propostos com facilidade, pois é um garoto extremamente esperto e inteligente. Ao observa-lo verificou-se que em varias ocasiões fazia de conta que não estava na sala, baixava a cabeça e não interagia, mas logo a seguir quando surgia um fato que o interessava demonstrava que tinha obtido conhecimento do que havia sido explanado, especialmente a assuntos referentes à informática, pois adora jogos e atividades on line. Durante a conversa em Libras com o aluno surdo era obvia a sua paixão por computadores.

Ao realizar a análise das respostas do questionário ficou evidente que as dificuldades enfrentadas pelos professores eram varias, e foram como um desabafo.

1. Ao receber o aluno surdo em sua sala de aula, você tem dificuldades para desenvolver suas atividades? Quais?

P1- Sim, pois tenho dificuldades para conseguir materiais para trabalhar com o surdo e por não ter conhecimento aprofundado em Libras.

P2- A principio tive muita dificuldade, pois nunca tinha tido contato com surdo e a falta de material diferenciado dificulta a explicação dos conteúdos.

P3- Muita, devido à falta de comunicação, não tenho conhecimento da linguagem do surdo, acho que deveria ter interprete de Libras para que o surdo tenha pleno desenvolvimento acadêmico.

Nesta questão ficou claro que os três professores encontram dificuldades para adequar sua prática pedagógica frente à inclusão do surdo em sua turma por não conseguir materiais diferenciados e por não ter conhecimento de Libras e a falta de interprete na intermediação dos conteúdos apresentados.

2. Qual seu ponto de vista sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular?

P1- A inclusão é benéfica, porém precisaria ter uma preocupação maior do Estado com a qualificação e formação dos professores.

P2- A inclusão seria excelente se os professores tivessem formação especializada para diferenciar sua prática pedagógica.

P3- Acho que da forma como os alunos são colocados na sala de aula sem proporcionar subsídios para que a inclusão realmente ocorra não há sentido, pois o aluno acaba sendo cada vez mais excluído.

De acordo com as respostas dos professores ficou evidente que concordam com a inclusão e que esta seria a forma perfeita de interação do indivíduo surdo no contexto escolar, se não fosse o descaso do Estado em relação à formação e especialização dos professores e ao não cumprimento das leis que defendem o direito a educação de qualidade a todos.

3. Você tem facilidades para se comunicar com o aluno surdo?

P1- A comunicação do dia a dia é satisfatória, a dificuldade está em fazê-lo compreender alguns conteúdos sem auxílio do intérprete.

P2- Não, porque não domino a língua de sinais e é necessário ter certa experiência para se comunicar com o surdo.

P3- Mais ou menos, tento de todas as formas possíveis para que a comunicação seja satisfatória.

Realmente no quesito comunicação deixa muito a desejar devido a falta de conhecimento de Libras, e durante as observações os professores tentam de várias formas se comunicar, mas sempre há uma barreira que dificulta a interação e o processo-ensino aprendizagem quanto ao educando surdo.

4. Você acha que os professores estão preparados para receber alunos surdos?

P1- Não, mas estou tentando diminuir esta falha, procurando aprender a Libras para melhor entender o aluno.

P2- Não, ainda temos muito a fazer.

P3- Não, como comecei trabalhar este ano com Educação física na escola estava totalmente despreparada para receber este aluno.

A princípio as professoras não tinham experiência e estavam despreparadas para atuar em turma com aluno surdo incluso, mas estão tentando se aperfeiçoar para diminuir a distância que há entre eles e para poder ofertar ensino de qualidade que todos merecem.

5. Quanto ao currículo e a metodologia, você acha que são adequados para proporcionar ao aluno surdo incluso aprendizagem de qualidade?

P1- Não, o currículo não foi feito de acordo a suprir as necessidades do aluno do campo e muito menos para atender as necessidades do aluno surdo, o mesmo é feito de acordo com as escolas urbanas. Quanto a metodologia procuro adequar da melhor maneira possível para atender a demanda de toda classe.

P2- Não é adequado e esta sendo reformulado devido às exigências das leis sobre a educação do campo, mas nada consta quanto à inclusão do surdo.

P3- O currículo é o mesmo das escolas da cidade, mas a metodologia cada professor faz adaptações de acordo com as necessidades da turma.

Apesar de todas as leis criadas para refazer o currículo de acordo com as necessidades do aluno na escola do campo, o da Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto EIEF, segue o planejamento curricular das escolas urbanas. Portanto, é preciso rever urgentemente a nova proposta curricular baseada nas leis que defendem a diversidade cultural do aluno do campo e inserir neste contexto o aluno surdo, pois somente com o currículo adequado e metodologias diferenciadas pode-se proporcionar ao educando ensino qualidade, dando oportunidade da formação de cidadãos críticos capazes de refazer sua historia dentro de seu contexto social e cultural.

De acordo com a referência dos autores citados anteriormente, conclui-se que o fator desencadeante de todas as dificuldades enfrentadas pelo referido aluno no desenvolvimento linguístico e acadêmico se encontra no fato deste ter entrado em contato com a língua de sinais somente aos seis anos de idade, sendo que o mesmo ate então se comunicava apenas por gestos e mímicas, e foi a partir deste momento que começou a ter contato com alunos surdos e aprender a Língua de Sinais (Libras), porem na classe do ensino regular não tem interprete e os professores têm dificuldades em compreendê-lo e passar os conteúdos de forma apropriada, sendo que os mesmos alegam não ter formação e que vão aos poucos tomando conhecimento da Língua de Sinais (Libras) de acordo com o que o aluno surdo vai transmitindo-lhes. A presente pesquisa estimulou o interesse dos professores na busca de aperfeiçoamento para atender a demanda de alunos surdos inclusos nas classes regulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO L.F. **Integração social & Educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel; 1993.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: Ideologias e Práticas Pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. [Links] Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm> Acesso em: 12 de Setembro de 2013.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. A Declaração de Salamanca sobre princípios. Política e Prática em Educação Especial. 1994.

FARACO, C. A. **Algumas questões sobre a escrita**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação.

FERNANDES, Eulália. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: AEIR, 1993.

FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngue para surdos: trilhando caminhos para a Prática pedagógica**. Curitiba: SEED/SUED/DEED: 2004.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **Surdez, processo educativo e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, InRevista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57 -63. Pesquisa qualitativa. Tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeralista**. São Paulo: Plexus, 2001.

LURIA, A.R (1986) **Pensamentos e Linguagens: As ultimas conferencias de Luria**. Porto Alegre: Arte e Científicos/EDUSP

MANTOAN, Maria. **O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências.** Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/odireito-a-diferenca-nas-escolas-2013-questoes-sobre-a-inclusao-escolar-de-pessoas-com-e-sem-deficiencias/>>. Acessado em: 26 de setembro de 2013

PARANA. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Secretaria de Estado da Educação/SEED. Curitiba, 2006.

PARANÁ, Secretária de Estado de Educação. **Falando com as mãos: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.** Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

QUADROS, Ronice Mülller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas; LIMA, Maria Cecília Marconi Pinheiro. **A surdez.** In: PALHARES Marina Silveira; MARINS, Simone Cristina Fanhani (Org.), **Escola Inclusiva**, São Carlos: UFSCARL: 2002 p. 113 a 123.

SÁNCHEZ, C. **Os surdos, a alfabetização e a leitura: sugestões para a desmistificação do tema.** [S.n.t.]. Mimeo.

SANTOS, Mônica Pereira. Educação inclusiva. **Integração.** Ano 10 nº 22, p.35, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** RJ: WVA, 1997.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Et al. **Educação & Exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

VELOSO, Éden e MAIA, Valdeci. **Aprenda Libras com rapidez e eficiência.** Curitiba-PR. 2009. Editora Mão Sinais.

VYGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Clevelândia, 28 de Abril de 2014.